

NÃO HÁ SOL QUE SEMPRE DURE.
REVISTAS LITERÁRIAS BRASILEIRAS: ANOS 70

*Maria Lucia de Barros Camargo*¹

Há vinte anos, conceitos como pós-modernidade ou globalização ainda não freqüentavam os discursos críticos brasileiros, mas os sintomas da consolidação de uma sociedade de massas e de consumo e, especialmente, dos meios de comunicação, não se faziam esperar. Anos de perplexidade e medo, os 70 registraram, através de suas revistas, as incertezas diante de um quadro cultural, social, político e econômico em grande mutação, especialmente se considerarmos as contradições que tais mudanças produzem em países como os nossos, países subdesenvolvidos, para usar um termo em desuso.

Sustentando as transformações, a ditadura militar vigente no Brasil desde 1964 — e que atacou mais duramente as atividades culturais entre 1968 e 1975 — reforçava, ao mesmo tempo, um sentimento de frustração e um desejo de resistência, traduzido este num indiscriminado discurso libertário, necessariamente velado, muitas vezes alegórico e quase sempre nas entrelinhas.

O final dos anos 60 e início dos 70 assiste ao nascimento e à morte de um grande número de periódicos culturais — a *Revista Civilização Brasileira* talvez seja um dos mais importantes — mas, assiste, também, ao que talvez tenha sido o fenômeno cultural mais interessante do período. Trata-se do surgimento da chamada “imprensa alternativa”, ou “nanica”, em que tablóides de orientações ideológicas diversas dentro do amplo espectro da esquerda — cito o *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Beijo*, *Ex* — concentram boa parte dos textos culturais e literários, ou melhor, da produção/produtores numa cultura que se queria “de resistência”. Paradoxalmente, apesar dos ataques da censura prévia e até por causa deles, tais periódicos alcançaram notoriedade, grandes tiragens e público fiel, ao menos enquanto durou o regime de exceção, e sucumbiram não tanto à censura, mas ao efeito devastador das novas realidades mercadológicas que se impõem a partir do final dos anos 60. É inclusive com

¹ Doutora em Teoria Literária e Literatura Comparada. Professora da UFSC.

essa imprensa alternativa que as revistas literárias não institucionais vão concorrer, como veremos.

Não é exagero dizer que boa parte das revistas literárias e culturais lançadas no Brasil durante a década de 70 (de *Argumento* a *Novos Estudos CEBRAP*, lançada esta no início da década de 80—, mas isto já é outra história) possui um ponto em comum: atribuem-se a função de preencher um vazio, de colocar-se no lugar do “vácuo cultural”. Acreditavam na existência do oco e na possibilidade de preenchê-lo. As “gavetas vazias”, a imaginação do oco, metáforas mais diretas da ação censória e do cerceamento arbitrário das liberdades individuais, estavam disseminadas nos editoriais de lançamento de muitas revistas e produziam o sentido para sua própria existência. Pretendendo suprir uma falta, as revistas vêm-se como suplementos. Como aquilo que se acrescenta, que se coloca no lugar da falta, remediando uma situação insatisfatória. E trazendo em si, como já nos ensinou Derrida, sua própria impossibilidade, seu próprio veneno.

A imaginação do vazio, do oco, tem uma causa “visível”, ou explícita: a ditadura e seu braço censor calam vozes, cortam textos, proíbem publicações, deixando em seu lugar o nada, muitas vezes materializado nos longos espaços em branco nas páginas dos jornais. Por outro lado, os periódicos circularam e, hoje, podemos ver que a imaginação do vazio não se referia à situação política concreta contra a qual se tentava lutar, mas registrava a angústia dos novos tempos sem projetos. Afinal, os anos 70, especialmente na segunda metade, foram anos de efervescência cultural, como reconheceram depois muitos daqueles que falavam do vácuo.

À palavra impressa como resistência, à publicação literária como resistência, à função suplementária do oco, superpõe-se o outro problema: ainda é possível fazer uma “revista literária” em sentido estrito? Explico: ainda é possível veicular o novo, defender uma posição estética, defender a experimentação poética, veicular posições críticas precisas? Em suma: ainda é possível ser vanguarda, mesmo que tardia?

Esta busca de sentidos, e a perplexidade diante do novo contexto, talvez sejam os signos sob os quais se inscrevem algumas das principais revistas literárias brasileiras dos 70, às voltas com as várias atitudes de resistência: ao estado policalesco, às velhas tradições, à transformação da arte em mercadoria de consumo rápido e à ascensão da cultura de massas. Se não há mais lugar para atitudes vanguardistas ou modernistas, o que resta, além da perplexidade pura e simples?

O exame de algumas dessas revistas, lançadas a partir de 1975, nos guarda algumas surpresas e nos auxilia na leitura desse momento tão significativo na cultura

brasileira. Momento de impasses e passagens. Momento de crise. Refiro-me aqui, mais especificamente, a quatro revistas que, de algum modo, dialogam entre si: seja por referências mútuas, seja pela exclusão mútua. Duas lógicas —exclusão e inclusão — que também as preside. Falo de *José*, *Escrita*, *Almanaque* e *Código*.

José, lançada no Rio de Janeiro em julho/1976, com a pretensão não atingida de periodicidade mensal, encerra-se no 10º número, em julho de 1978. Era dirigida pelo poeta e editor Gastão de Holanda, que reuniu Jorge Wanderley (poeta), Luiz Costa Lima (crítico e professor universitário), Sebastião Uchoa Leite (poeta e tradutor) e Sérgio Cabral (jornalista e ensaísta de música popular) para juntos fazerem a revista. (Segundo Antonio Dimas, o ponto de convergência entre todos era a mesma origem pernambucana.) As divergências, muitas, garantiram a *José*, de um lado, a inclusão de colaboradores inseridos em campos distintos e muitas vezes opostos da cena intelectual e literária brasileira. Assim, freqüentaram as páginas de *José* tanto os concretos Haroldo e Augusto de Campos — ressaltando-se que nas funções de ensaístas, críticos e tradutores, e não como poetas — como os poetas das novas gerações dos anos 70 que se insurgiam contra a linhagem concretista como Ana Cristina Cesar e Geraldo Carneiro.

Simone Dias, pesquisadora que vem estudando *José*, observa corretamente que a revista tem um olhar voltado para a linhagem modernista brasileira, seja nas publicações das cartas de Mário de Andrade ao poeta Drummond (então inéditas) seja nas entrevista/homenagem ao crítico Otto Maria Carpeaux, seja na homenagem ao próprio Drummond, o poeta modernista já canônico, à época o maior poeta vivo brasileiro. Além de publicar poemas inéditos de Drummond, o nome da revista — *José* — é referência a um dos poemas mais conhecidos do poeta, cujo verso repetitivo ecoa a dúvida existencial diante da realidade adversa: “E agora, José?”

Mas junto ao olhar modernista, *José* olha para seu tempo e publica, além dos poemas já citados de Ana Cristina Cesar e Geraldo Carneiro (poetas que empreendem uma recuperação lírica), a transcrição de dois debates promovidos pela revista e que têm um ponto em comum: a falta de consenso sobre o valor literário e as dificuldades no julgamento da produção recente. O primeiro debate trata da publicação de uma polêmica (!) antologia de poetas, organizada por Heloísa Buarque de Hollanda: *26 poetas hoje*, que reúne exemplos do que, equivocadamente, ficou conhecido como poesia marginal (o que dá outro ensaio).

O segundo debate é mais agônico e crucial, e trata da própria revista. Dele participam os próprios editores e alguns convidados: Silviano Santiago e Ferreira Gullar (recém chegado do exílio em Buenos Aires) estavam entre esses últimos.

É nesse importante debate sobre a revista e seu sentido — publicado no penúltimo número —, que podemos reler o próprio título da revista. Neste debate se explicitam as dúvidas e perplexidades mais sérias, que levaram ao fechamento da revista no número seguinte. Resumidamente: como vender as revistas? Como sobreviver no mercado? Quem é nosso público? E, como causas: como julgar o literário, hoje? Como concorrer com o *Pasquim* e *Folhetim*? Ou com *Escrita*? Como não ser *Almanaque*? O que é e para que serve uma revista literária que não seja acadêmica, nem vanguarda? Qual é o projeto da revista? É possível ter um projeto? Como sobreviver sem um inimigo claro?

Para tantas perguntas sem respostas, vemos que a escolha do poema de Drummond, com seu verso repetitivo — E agora, *José*? — marcou, desde o início, o fim da festa. Crítica de seu próprio tempo, auto-crítica, consciência das mudanças em curso, consciência da impossibilidade de continuar. Entre as determinações do mercado, as facilidades da cultura massiva e a ausência de projetos; diante da perplexidade, a Revista morre. E agora, *José*? Como confrontar modernidade e pós-modernidade? O remédio foi seu próprio veneno.

Se *José* admite não ter um inimigo explícito, o mesmo não acontece com *Escrita*, a Revista lançada pelo poeta Wladyr Nader, em São Paulo, em 1975. *Escrita* consegue uma longevidade um pouco maior, sobrevivendo por 39 números (até 1988), com vários percalços pelo caminho e muitos inimigos explícitos.

Ao ser lançada, *Escrita* apresenta-se como um veículo para a “recuperação do prestígio da literatura” em queda diante da cultura de massas, veiculada pelos meios massivos de comunicação, e como resistência ao cerceamento das liberdades. No editorial do 1º número, Wladyr Nader atribui à TV — um dos “famigerados meios de comunicação de massas” — a *maldição* contra a literação. Mal dito, mal falado, expurgado do reino dos bons, amaldiçoado — eis o campo em que a literatura, vista como entidade una e única, é colocada. Defesa da literatura, ataque aos meios de comunicação.

À TV acrescenta-se um segundo inimigo, evidentemente sem menção explícita: o poder estatal, que “não está interessado em que o povo pense”. Diz Nader: “A literatura aparece assim, para o brasileiro pouco habituado a ler e por força de uma

propaganda negativa maciça, [...] como conversa para boi dormir, e os livros, de modo geral [...] como veículos de concepções estranhas e perigosas.”

Mas o rol dos inimigos declarados não fica aí: há ainda dentro do quesito cultura de massas, a concorrência com os “best-sellers”, especialmente os estrangeiros, o que faz com que *Escrita* reivindique um antiquado nacionalismo, com uma retórica militante em defesa do *autor brasileiro*, sua divulgação, inserção no mercado editorial e correspondente profissionalização.

Na divulgação dos autores nacionais que não se confundem com “best-sellers” está uma das principais funções de *Escrita*. E é importante ressaltar que a valorização do nacional inclui, paradoxalmente, a abertura do espaço para a literatura hispano-americana, um dos objetivos declarados no editorial de lançamento e perseguido ao longo de sua existência. Mas essa abertura tem um objetivo bastante claro: unir as forças, dos mais fracos contra os mais fortes, ou, em outras palavras, unir os “hermanos” latino-americanos contra a dominação européia e norte-americana. Não se trata, mais, de defender um vago conceito de brasilidade, mas um mercado editorial. Se, de algum modo, esse esforço de integração se cumpre pela publicação tanto de textos críticos e literários — fragmentos de romances, contos, poemas — hispânicos muitas vezes publicados em espanhol, muitas vezes tal integração mostra-se conflitante na própria disputa de mercado e fica evidente a “inveja” de alguns escritores brasileiros com relação ao sucesso de seus colegas da América Latina nos mercados editoriais europeus e norte-americanos.

Ao defender um mercado em expansão para a literatura e para o autor brasileiro, *Escrita* insurge-se também contra aqueles que transformaram a leitura em algo “chato”, gerando muitos descontentes. Para os descontentes, *Escrita* apresenta-se como a alternativa. E aqui nos encontramos na oposição não mais à cultura de massas, com suas abomináveis telenovelas e best-sellers, mas a uma das expressões mais sofisticadas da produção literária da década: as linhagens experimentalistas herdeiras do concretismo dos anos 50, 60, com seus dissidentes e seguidores.

É curioso observar o embaralhamento de campos: de um lado, vemos *Escrita* defendendo a literatura em oposição aos produtos da indústria cultural, mas usando nítidas estratégias de mercado e buscando inserir-se nele; de outro, a defesa do prazer da leitura e da fruição do literário, mas atacando as experimentações de linguagens. Divulga tanto os consagrados, quanto os novos, mesmo que não sejam inovadores. Sua

lógica é a da inclusão democrática, quando não populista. Com exceção, obviamente, dos concretos.

Coerentemente com o princípio da divulgação de novos autores, e com o objetivo de formar e ampliar o público, *Escrita* promove muitos concursos literários, abrangendo vários gêneros: poesia, romance, conto, ensaio, infanto-juvenil e poesia falada. Publica os resultados, divulga os vencedores. Sintomaticamente, em muitos desses concursos não houve vencedores, por falta de mérito, ou de valor literário, no entender das comissões julgadoras. Valor que, embora problemático, não se confunde com experimentação.

Se *Escrita* exclui a poesia concreta e seus seguidores, os autores por ela divulgados também são excluídos daquela que talvez tenha sido a última revista “concretista”. Estou falando de *Código*, lançada por Erthos Albino de Souza, em Salvador, talvez em 74 e que tem o 2º número no mesmo ano de lançamento da *Escrita*, 1975.

O título da revista remete ao poema homônimo de Augusto de Campos, poema visual utilizado como o próprio logotipo da revista, no que poderia ser uma recuperação irônica — mas não o é — das afinidades entre as linguagens da poesia concreta e da propaganda. Mas a utilização do poema de Augusto é, como toda a Revista em seus 12 números publicados irregularmente ao longo de quase duas décadas (o nº 12 é de 89/90), uma homenagem epigonal ao concretismo. Segundo informações levantadas por Eduard Marquardt, que vem estudando este periódico, embora editada em Salvador, *Código* é efetivamente controlada, em suas políticas de exclusão, por Augusto de Campos, diretamente das Perdizes, em São Paulo. A relação de colaboradores e o tipo de texto publicado evidenciam o mesmo dogmatismo vanguardista de *Noigandres* e *Invenção*.

Homenagem, legitimação e espaço para divulgação dos concretos, *Código* cumpre sua tarefa de realizar procedimentos vanguardísticos extemporâneos, estendendo à Bahia as atividades dos “trigênios vocalistas” das Perdizes, para glosar um verso de Haroldo. Extensão baiana perfeitamente coerente com as relações já estabelecidas, desde meados dos 60, como já observou Silviano Santiago, entre os concretos e o tropicalismo, especialmente com Caetano Veloso. Fusão da alta cultura e da música popular, buscada por ambos os lados. Legitimação e mercado.

Se *Escrita* e *Código* podem ser lidas como duas faces de uma anacrônica moeda, e se *José* aparenta estar voltada para o passado, mas está registrando as perplexidades

que fatalmente se insere, cabe ainda situar *Almanaque*, publicada também em São Paulo, pela então pujante Editora Brasiliense, no período de 1976 a 1982. Teve como editores dois professores da USP — Bento Prado Jr., professor de filosofia, e Walnice Nogueira Galvão, professora de Teoria Literária, discípula de Antonio Candido. Os colaboradores também são predominantemente professores da USP, e fazem parte do mesmo campo ideológico.

Embora com esse perfil, e rotulada como “acadêmica” em *José*, *Almanaque* surpreende duplamente — pela ironia cheia de humor com que satiriza a própria produção acadêmica; e pela inserção que faz de si própria como revista literária: um *Almanaque*, que pode falar de tudo e de nada; um caderno, que pode conter muitas frivolidades sérias. Retoma satiricamente as discussões sobre o lugar da crítica. Como observa Renata Telles, *Almanaque* aborda as relações entre literatura/imprensa, elite/massa, e questiona a função do crítico, posicionando-se. Compartilha com *José* alguns colaboradores como Ana Cristina Cesar e Heloísa Buarque de Hollanda; critica os estruturalistas nas faculdades de Letras, o que remete a Luiz Costa Lima. E publica, ao lado de ensaios especializados, tipicamente acadêmicos, sua auto-ironia.

Ao contrapor *José* e *Almanaque* — cadernos que “não vêm preencher nenhuma lacuna. Criam sua própria lacuna, ou não”, vemos que a dúvida, a perplexidade de *José* está disseminada. Afirma-se a falta de programa, de projeto, como virtude. Propõe a crítica da cultura em lugar do “hábito de cultivar textos teóricos cada vez mais densos à custa de cabeleiras cada vez mais ralas”. Insere-se nos novos tempos, menos pela alegre inserção no mercado, mais pela problematização irônica dessas relações.

Mesmo que lancemos um olhar desconfiado às ironias e brincadeiras de *Almanaque*, o que se pode constatar não só nessa revista, mas especialmente no diálogo que se pode estabelecer entre *Almanaque*, *Escrita* e *José*, é a perda definitiva — e nelas anunciada — da missão iluminadora e iluminada dos periódicos literários. Perda da função pedagógica e formadora, da pretensa educação dos cinco sentidos. Perda do lugar privilegiado do intelectual e do poeta. E agora, *José*?